

Questão 1

Assinale a opção INCORRETA quanto à colocação dos pronomes oblíquos átonos.

- a) Certamente, abrir-se-ão portas para novas oportunidades.
- b) Eles ainda não adaptaram-se aos novos procedimentos do trabalho.
- c) As pessoas que me auxiliaram foram muito agradáveis.
- d) Tudo nos favorece quando a intenção é legítima.
- e) Disseram-nos coisas muito interessantes sobre aquela empresa.

TEXTO BASE 1

HIGH SCHOOL COMICS - GILBERTO PATTO & RODRIGO CHAVES



Disponível em:

<http://contratemposmodernos.blogspot.com/2010/10/high-school-comics-estagio.html>. Acesso em: 04 janeiro 2019.

Questão 2

PARA RESPONDER A QUESTÃO, LEIA O TEXTO BASE 1

No segundo quadrinho, na oração "Ainda me deu nota baixa.", a forma verbal destacada encontra-se flexionada no mesmo tempo e modo que o verbo da seguinte frase:

- a) Todos o consideraram uma pessoa preparada para aquele cargo.
- b) Ele já não ia bem nas provas durante o período escolar.
- c) Ao final do processo, a avaliação seria decisiva para a continuidade dos trabalhos.
- d) Não se deve julgar o candidato pela simples aparência!
- e) Teremos prazer em receber novos candidatos a esse cargo em nossa empresa..

Questão 3

Ao iniciar os trabalhos inerentes ao estágio junto ao Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso do Sul, o estagiário poderá cumprimentar o presidente do órgão com a frase:

- a) Vossa Alteza podeis confiar em mim, que exercerei meu estágio com dignidade.
- b) Sua Eminência pode confiar em mim, que exercerei meu estágio com dignidade
- c) Vossa Excelência pode confiar em mim, que exercerei meu estágio com dignidade.
- d) Meritíssimo, o senhor pode confiar em mim, que exercerei meu estágio com dignidade.
- e) Sua Senhoria podeis confiar em mim, que exercerei meu estágio com dignidade.

Questão 4

Assinale a alternativa que preenche as lacunas do trecho a seguir, de acordo com a norma padrão de concordância nominal.

Não se deve crer em _____. Os estagiários com _____ chances de contratação são os mais adequados ao perfil da empresa ou órgão. É _____ resiliência e dedicação.

- a) meia-verdades - bastante - necessária
- b) meias-verdades - bastantes - necessário
- c) meia-verdades - bastantes - necessário

- d) meias-verdades - bastante - necessária
- e) meias-verdades - bastante - necessário

Questão 5

Quanto às regras de regência verbal, assinale a opção de acordo com a norma culta.

- a) Todos foram no local a fim de buscar informações mais precisas.
- b) Ele assistiu o debate pela televisão.
- c) O candidato visava ao cargo de estagiário naquela empresa.
- d) Aquela empresa preferia mil vezes contratar pessoas mais experientes do que jovens estagiários.
- e) O cargo de que aspiramos neste órgão ainda não está disponível.

Questão 6

Assinale a opção correta quanto ao emprego do sinal indicativo de crase.

- a) Jovens estão a procura de uma vaga de estágio à fim de aprender mais sobre o mercado de trabalho.
- b) O candidato voltou à casa para buscar seu currículo e concorrer à vaga no órgão público.
- c) A moça entregou à funcionária os documentos necessários à disputa pela vaga de estágio.
- d) Ele esteve à um passo de conquistar o cargo à que pleiteava desde o ano passado.
- e) Muitos desistiram da vaga a qual visavam por preferência à comodidade de outras atividades.

Questão 7

PARA RESPONDER A QUESTÃO, LEIA O TEXTO BASE 1

No primeiro quadrinho da tira, caso a segunda oração do período seja transposta para a voz passiva analítica, teremos a forma:

- a) Isso não é relatório que se possa se apresentar.
- b) Isso não é relatório que apresente-se.
- c) Isso não é relatório que devesse ser apresentado.
- d) Isso não é relatório seja apresentado.
- e) Isso não é relatório que tenha que se apresentar.

Questão 8

Assinale a alternativa em que a frase está correta quanto ao emprego do pronome, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- a) Naquele momento, eu estava no corredor e, percorrendo ele, achei o chefe da repartição.
- b) O acontecimento ficou conhecido pelos demais funcionários, cujos me ajudaram, apontando soluções.
- c) Se tenho de fazer os relatórios, faço-lhes antes de terminar o expediente, sendo claro e objetivo.
- d) Ainda uso um objeto que as pessoas não usam mais: chamam-no, com desdém, de telefone fixo.
- e) Foi desagradável quando ele disse que celulares não foram feitos para mim lhes usar durante o expediente.

Questão 9

Assinale a alternativa correta quanto à escrita das palavras (ortografia).

- a) Ele confeçou que era um privilégio trabalhar naquela repartição.
- b) Todos achavam que meu mau foi sempre dormir de mais.
- c) Não sabemos o por que de tanta falta de capriço com os bens móveis.
- d) Nós passeiamos por toda aquela belícima região.
- e) Ela quis que sua atitude evitasse a paralisação dos trabalhos.

Questão 10

Assinale a alternativa que atende à norma padrão de concordância verbal.

- a) Ainda existe pessoas que teimam em não se dedicar para alcançar a excelência no que faz.
- b) Mais de um estagiário estudaram no mesmo curso, e agora disputam a mesma vaga.
- c) Entre jovens entrevistados haviam poucos em posição mais vantajosa do que outros.
- d) Não se colocam facilmente em prática os aprendizados se não forem realmente compreendidos.
- e) Constataram-se em pesquisa que os brasileiros, de qualquer classe social, não costuma ser proativo.

TEXTO BASE 2

Como funciona um estágio

Fazer um estágio é importante para testar áreas diferentes e aprender como tudo funciona na prática. Dessa forma, aula é uma coisa, trabalho é outra e não há nada melhor que um programa de estágio para fazer a ponte entre os dois.

Esqueça essa história de que estagiários têm que fazer cafezinho. Muito menos servir cafezinho. Um estágio é, por definição, um período de aprendizado. É a melhor maneira de começar a descobrir o mundo profissional, quando é possível testar (e errar) na prática.

Em 2016, havia 740 mil estudantes do ensino superior estagiando no Brasil. É uma parcela (infelizmente) pequena dos cerca de 8 milhões de universitários matriculados no país.

Mas estagiar segue sendo fundamental. É a chance que jovens têm de experimentar diferentes setores, empresas e ambientes de trabalho antes de se formarem, tudo com mais espaço para explorar. Além de aprender muitas lições valiosas e se tornar um profissional melhor, o estagiário amadurece, amplia seus horizontes, descobre as áreas com que tem mais afinidade e se prepara para começar a vida de formado com o pé direito.

Do mesmo jeito que há inúmeros tipos de organizações, indústrias e setores, estágios também vêm em formas variadas: responsabilidades, nível de exposição à liderança, interação com áreas e possibilidade de efetivação variam muito entre uma oportunidade e outra. Por isso é tão importante pesquisá-las e entender melhor o que cada uma oferece.

Empresas de grande porte e órgãos do setor público, por exemplo, costumam ter processos seletivos organizados em diversas etapas, oferecer planos de desenvolvimento profissional estruturados e ter data de início e fim para o período de estágio. Já empresas pequenas e outros tipos de organizações podem abrir vagas conforme precisam, empregar processos seletivos mais simples e oferecer uma dose maior de autonomia.

A chave para encontrar um estágio que combine com seu perfil é entender o que você quer naquele momento profissional para então filtrar o que está disponível no mercado.

Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/orientacao-profissional/como-funciona-um-estagio-e-como-encontrar-a-vaga-certa>>. Acesso em: 04 janeiro 2019. (adaptado).

Questão 11

PARA RESPONDER A QUESTÃO, LEIA O TEXTO BASE 2

Ao se referir às variadas formas de estágios, no 5º parágrafo, o texto assinala que essa atividade deve

- a) ser pesquisada antes pelo interessado na vaga a fim de ele entenda o que cada uma oferece e assim possa se adaptar melhor aos diversos tipos de organizações, indústrias e setores.
- b) replicar os conhecimentos aprendidos nos bancos escolares, sendo necessariamente uma extensão da teoria já vista.
- c) utilizar-se de um mesmo padrão em termos de procedimentos, para que os estagiários tenham as mesmas experiências em setores e órgãos diversificados.
- d) ser essencialmente diferente do mercado de trabalho em si e do conhecimento aprendido nas escolas e universidades, visto que o estágio consiste em uma experiência única.
- e) apresentar um projeto de proteção ao estagiário no que diz respeito a seu nível de exposição à liderança e responsabilidades assumidas.

Questão 12

PARA RESPONDER A QUESTÃO, LEIA O TEXTO BASE 2

Assinale a alternativa em que as palavras estão acentuadas obedecendo à mesma regra que determina a acentuação,

respectivamente, das palavras "estágio" (1º parágrafo) e "você" (7º parágrafo).

- a) último; têm
- b) saúde; tórax
- c) pôde; vatapá
- d) fácil; também
- e) história; fé

Questão 13

PARA RESPONDER A QUESTÃO, LEIA O TEXTO BASE 2

Com relação aos tempos e modos verbais, a leitura do texto como um todo permite afirmar que nele há a predominância do emprego do

- a) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- b) presente do indicativo.
- c) imperativo afirmativo.
- d) futuro do pretérito do indicativo.
- e) futuro do subjuntivo.

Questão 14

PARA RESPONDER A QUESTÃO, LEIA O TEXTO BASE 2

De acordo com as ideias do texto, depreende-se que a atividade de estágio consiste em

- a) um momento em que o estagiário deve aprender de tudo em diversos órgãos públicos e empresas, inclusive as atividades mais subservientes.
- b) proporcionar ao jovem aprendiz uma oportunidade de aprender com mais profundidade a teoria do mercado de trabalho em seus diversos setores.
- c) um período de aprendizado em que se descobre o mundo profissional por meio de testes e erros que são, de certa forma, aceitáveis na prática de estágio.
- d) selecionar apenas jovens que se demonstrem como futuros talentos a fim de que o mercado tenha mão de obra em potencial para suas atividades mais diversas.
- e) estabelecer em cada empresa ou órgão público uma cadeia hierárquica bem definida, em que o estagiário compõe a base de operações.

Questão 15

Assinale a opção correta quanto ao emprego dos sinais de pontuação.

- a) Aos olhos da lei quem, contrata, um estagiário não está formando um vínculo empregatício. Na prática a empresa, não lhe deve os benefícios sociais previstos pela CLT, mas ainda tem uma série de deveres a cumprir.
- b) Aos olhos da lei, quem contrata um estagiário, não está formando um vínculo empregatício. Na prática, a empresa não lhe deve os benefícios sociais, previstos pela CLT. Mas ainda tem uma série de deveres a cumprir.
- c) Aos olhos da lei quem contrata um estagiário, não está formando um vínculo empregatício. Na prática, a empresa não lhe deve os benefícios sociais previstos pela CLT. Mas, ainda tem uma série de deveres a cumprir.
- d) Aos olhos da lei, quem contrata um estagiário não está formando um vínculo empregatício. Na prática, a empresa, não lhe deve os benefícios sociais previstos pela CLT, mas ainda tem uma série de deveres, a cumprir.
- e) Aos olhos da lei, quem contrata um estagiário não está formando um vínculo empregatício. Na prática, a empresa não lhe deve os benefícios sociais previstos pela CLT, mas ainda tem uma série de deveres a cumprir.

Questão 16

O Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, instituição permanente com atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado, essencial ao controle externo da administração pública, respeita a seguinte composição:

- a) 1 (um) Procurador-Geral de Contas e 2 (dois) Procuradores nomeados pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.
- b) 1 (um) Procurador-Geral de Contas e 4 (quatro) Procuradores nomeados pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.
- c) 1 (um) Procurador-Geral de Contas e 3 (três) Procuradores nomeados pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.
- d) 3 (três) Procuradores nomeados pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, os quais estão subordinados ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

1 (um) Procurador-Geral de Contas e 3 (três) Procuradores nomeados pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Questão 17

A sistemática da licitação tem sua espinha dorsal delineada pela Lei nº 8.666/93, contemplando as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços no âmbito da Administração Pública. Sobre as licitações, considere o seguinte:

I - "Menor preço", "melhor técnica", "técnica e preço", "maior lance ou oferta" constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso.

II - As licitações do tipo "melhor técnica" são cabíveis, exclusivamente, para serviços de natureza predominantemente intelectual.

III - No momento da habilitação, é dispensável ao licitante a comprovação documental de regularidade fiscal e trabalhista, a qual deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias se vencedor do certame.

Está incorreto que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) I e III.
- c) III.
- d) I e II
- e) II e III.

Questão 18

A Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal de 1988, compreende o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A respeito do tema, é incorreto afirmar, exceto:

- a) não estão compreendidos, entre os objetivos da Seguridade Social, a universalidade da cobertura e do atendimento e a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- b) A Seguridade Social será exclusivamente financiada por toda a sociedade, direta ou indiretamente, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios.
- c) O Sistema Único de Saúde será exclusivamente financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- e) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, conquanto haja prestado contribuição à seguridade social.

Questão 19

A respeito da classificação das constituições, assinale a alternativa correta:

- a) Constituições analíticas, como é o caso da Constituição dos Estados Unidos da América, são marcadas por abordar todos os assuntos que os representantes do povo entendem fundamentais, descendo às minúcias e estabelecendo regras que, normalmente, deveriam estar em leis infraconstitucionais;
- b) A Constituição Federal Brasileira de 1988 é exemplo típico de constituição outorgada.
- c) A Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser classificada como rígida, tendo em vista exigir, para sua alteração, processo legislativo mais árduo, solene e dificultoso quando comparado ao procedimento para alteração de normas infraconstitucionais.
- d) A rigidez constitucional caracteriza-se pela total impossibilidade de quaisquer alterações do texto formal de uma constituição.
- e) A Constituição Federal Brasileira de 1988 é promulgada, escrita, sintética, semirrígida e dogmática.

Questão 20

Com base na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, é correto afirmar que:

- a) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, nos termos da lei, denunciar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades.
- b) O orçamento do Tribunal de Contas do Estado integra o orçamento do Poder Judiciário.
- c) Os Conselheiros do Tribunal do Estado são escolhidos dentre brasileiros com mais de 30 (trinta) e menos de 60 (sessenta) anos de idade.

d) Os Auditores do Tribunal de Contas do Estado não gozam das mesmas garantias e prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Conselheiros titulares quando em substituição aos mesmos.

e) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade subsidiária.

Questão 21

Com respeito à organização político-administrativa do Estado Brasileiro, segundo a Constituição Cidadã, marque a alternativa correta:

- a) O Distrito Federal, ente federado cuja divisão em Municípios é vedada, somente possui competência legislativa estadual.
- b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem são reguladas em lei complementar.
- c) As contas do Governo do Território dispensam parecer prévio do Tribunal de Contas da União, embora devam ser submetidas ao Congresso Nacional.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem recusar fé a documentos públicos.
- e) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem são reguladas em lei ordinária.

Questão 22

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que versa sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - É possível a consignação de crédito com dotação ilimitada, na lei orçamentária, desde que compatível com o plano plurianual.

II - O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados semestralmente.

III - por despesa total com pessoal entende-se o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

- a) todas as assertivas estão corretas.
- b) apenas a III está correta.
- c) I e III estão corretas.
- d) I e II estão corretas.
- e) nenhuma das assertivas está correta.

Questão 23

Relativamente aos agentes públicos, é correto afirmar:

- a) a investidura em cargo público ocorre com a posse.
- b) para a investidura em cargo público, é exigível idade mínima de 21 anos.
- c) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas reservam-se até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- d) O Governador de Estado e o Presidente da República são exemplos de agentes públicos delegados.
- e) A aptidão física é dispensável para investidura em determinados cargos públicos previstos em lei.

Questão 24

Acerca das medidas cautelares passíveis de adoção pelo TCE/MS, previstas na Lei Complementar nº 160/2012, não é verdadeiro:

- a) As medidas cautelares podem ser aplicadas a qualquer tempo, independente da fase ou instância em que se encontrar o processo.
- b) As medidas liminares podem ser revogadas a qualquer tempo.
- c) As medidas cautelares podem ser aplicadas ou determinadas nas matérias em que se pretende assegurar a efetividade do controle externo.
- d) As medidas cautelares podem ser requeridas pelo jurisdicionado ou interessado.

e) Não são sobrestados os atos do processo relativo à matéria sobre a qual foi aplicada ou determinada medida cautelar até o julgamento da mesma.

Questão 25

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) classifica e define os atos de improbidade administrativa, basicamente, em três modalidades: aqueles que importam enriquecimento ilícito; aqueles que causem prejuízo ao erário; aqueles que atentam contra os Princípios da Administração Pública. Para cada espécie, a norma prevê uma forma de punição. Sobre a improbidade administrativa, é correto dizer que:

- a) Prescreve em 3 (três) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança o direito de propositura de ação destinada a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa depende da aprovação ou da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- c) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis única e exclusivamente ao agente público.
- d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa, tendo em vista que a pena não pode ultrapassar a pessoa do infrator, em obediência ao art. 5º, XLV, da Constituição Federal de 1988.
- e) a punição por improbidade administrativa decorre de responsabilidade distinta e independente das responsabilidades penal, civil e administrativa previstas em legislação específica.

Questão 26

Sobre as infrações e as sanções previstas na Lei Complementar nº 160/2012, assinale a alternativa incorreta:

- a) dentre as competências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, está a possibilidade de aplicação de sanções às infrações cometidas pelos jurisdicionados.
- b) nos termos da Lei Complementar nº 160/2012, é considerada infração toda violação de prescrição constitucional ou legal que discipline a prática de atos sujeitos ao controle externo, exceto a violação de prescrição regulamentar.
- c) A responsabilidade por infração pode ser excluída se a ação ou omissão do agente responsável decorrer de situação de emergência ou estado de calamidade pública.
- d) As multas podem ser aplicadas cumulativamente, para sancionar as infrações apuradas pelo Tribunal e pela falta de remessa, dentro do prazo, de informações, dados ou documentos solicitados pelo Tribunal.
- e) As sanções estabelecidas na Lei Complementar nº 160/12 não prejudicam e devem ser aplicadas cumulativamente, conforme o caso, com as sanções constantes de outras previsões legais.

Questão 27

É competência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 160/2012:

- a) Exercer os encargos de inspeção e correição geral nos órgãos e unidades integrantes da estrutura funcional do Tribunal.
- b) Expedir provimentos para orientar os trabalhos dos órgãos e das unidades de controle externo.
- c) Apresentar ao Tribunal Pleno, até quinze de março de cada ano, o relatório das atividades do exercício anterior.
- d) Apresentar ao Plenário os relatórios trimestrais e anual das atividades do Tribunal para encaminhamento à Assembleia Legislativa.
- e) Analisar e emitir parecer nos processos relativos às prestações de contas de Governo e de gestão e às tomadas de contas.

Questão 28

As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo do interesse público, devidamente justificado, o que não impede, entretanto, a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais. São modalidades de licitação, nos termos previstos pela Lei nº 8.666/93:

- a) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- b) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão.
- c) concorrência, tomada de preços, convite e leilão, apenas.
- d) concorrência, tomada de preços, convite, leilão e pregão, apenas.
- e) concorrência, convite, concurso, leilão e pregão, apenas.

Questão 29

O TCE/MS, que possui sede na Capital do Estado de Mato Grosso do Sul e jurisdição sobre todo o território estadual, é constituído por:

- a) 5 (cinco) Conselheiros.
- b) 7 (sete) Conselheiros.
- c) 9 (nove) Conselheiros.
- d) 8 (oito) Conselheiros.
- e) 3 (três) Conselheiros.

Questão 30

Compete ao Tribunal de Contas da União, nos termos da Constituição Federal de 1988, as seguintes atribuições, exceto:

- a) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- d) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- e) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão 31

Segundo a Lei Complementar nº 160/2012, são instrumentos de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, a auditoria, a inspeção, o monitoramento e o acompanhamento. Acerca da auditoria, é correto afirmar:

- a) É o instrumento de fiscalização utilizado para avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, assim como dos programas, projetos, sistemas e atividades governamentais, quanto aos seus aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- b) É o instrumento de fiscalização utilizado para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos autos praticados por pessoas sujeitas ao controle do Tribunal.
- c) É o instrumento de fiscalização utilizado para examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos sujeitos ao controle do Tribunal.
- d) É o instrumento de fiscalização utilizado para verificar o cumprimento das deliberações do Tribunal e dos resultados delas advindos.
- e) É o instrumento de fiscalização utilizado para avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho dos órgãos e das entidades jurisdicionados, assim como dos programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Questão 32

Estão subordinados ao regime da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), além dos órgãos da Administração Direta:

- a) Fundos especiais, autarquias e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exclusivamente.
- b) Fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) Fundos especiais, autarquias, fundações públicas e empresas públicas, excetuadas as sociedades de economia mista, cuja regulação licitatória é feita por lei própria.
- d) Autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, excetuados os fundos especiais, cuja regulação licitatória é feita por lei própria.
- e) Autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou

indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exclusivamente.

Questão 33

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul pode utilizar meio eletrônico na tramitação de processos e na comunicação de atos, segundo dispõe a Lei Complementar nº 160/2012. Com amparo na referida norma, assinale a alternativa **falsa**:

- a) Os processos devem ser instruídos, conforme as respectivas competências, pelas manifestações técnicas das unidades administrativas de auxílio técnico aos órgãos do Tribunal.
- b) Os prazos fluem da data da ciência do ato e são contínuos, excluindo em sua contagem o dia do início e incluindo o dia de vencimento.
- c) A distribuição de processos para relatoria deve ser realizada mediante sorteio, garantindo a alternatividade dos Conselheiros.
- d) Assinatura eletrônica é o registro realizado eletronicamente por usuário identificado, visando garantir a autenticidade e integridade de determinado documento.
- e) As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal somente poderão ser realizadas pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS).

Questão 34

A respeito do pregão, modalidade licitatória prevista para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é **correto** afirmar:

- a) Não se aplicam subsidiariamente ao pregão as normas previstas na Lei nº 8.666/93.
- b) O prazo de validade das propostas será de 120 (cento e vinte) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- c) As normas previstas na Lei nº 8.666/93 são aplicáveis ao pregão de forma subsidiária.
- d) É exigível a aquisição do edital pelos licitantes como condição para participação no certame.
- e) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Questão 35

A Lei de Orçamentos Públicos (Lei nº 4.320/1964) estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. À luz desta norma, é **incorreto** afirmar que:

- a) nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
- b) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- c) A Lei de Orçamentos deve compreender todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- d) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- e) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, bem assim as despesas nele legalmente empenhadas.

Questão 36

O Tribunal de Contas da União detém competência para aplicar sanções a particulares?

- a) Sim, desde que ajuizada ação civil indenizatória.

b) Não, pois o Tribunal de Contas da União somente possui tutela hierárquica sobre agentes públicos.

c) Não, na medida em que a relação jurídica estabelecida entre a União e o particular é sempre de direito privado, e não de direito público.

d) Sim, desde que ajuizada ação civil pública, de competência privativa do Ministério Público.

e) Sim, nos casos de prestação de contas onde o particular concorra para a prática de atos danosos ao erário.

Questão 37

Das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito dos processos sob sua competência, cabem os seguintes recursos:

- a) Apelação, Embargos de Declaração e Recurso Especial.
- b) Recurso Ordinário, Embargos de Declaração e Agravo de Petição.
- c) Recurso Ordinário, Embargos de Declaração e Agravo.
- d) Apelação, Embargos de Declaração e Agravo.
- e) Recurso Ordinário e Agravo, apenas.

Questão 38

Segundo as regras constitucionais, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida, mediante controle externo:

- a) pela Câmara dos Deputados, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) pelo Senado Federal, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- c) pelo Congresso Nacional, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- d) pelo Congresso Nacional, e pelo sistema de controle interno dos poderes Executivo e Legislativo, excetuado o poder Legislativo.
- e) pelo Congresso Nacional exclusivamente.

Questão 39

Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, é crime contra as finanças públicas, previsto no Código Penal, cuja pena é de:

- a) detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.
- b) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
- c) reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.
- d) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
- e) detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Questão 40

De acordo com o Código Penal Brasileiro, ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, apenável com reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, constitui o crime tipificado como:

- a) inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.
- b) assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.
- c) contratação de operação de crédito.
- d) ordenação de despesa não autorizada.
- e) prestação de garantia graciosa.